
EDITORIAL

1. Tal como o fim das guerras ultramarinas e do sistema político até então vigente originaram uma profunda reorientação da política de defesa nacional e de defesa militar, com reflexos vastos na organização militar, nos seus princípios de funcionamento, nos sistemas de forças, no equipamento, nas doutrinas de emprego e na instrução e ensino, materializadas por um esforço cuja história ainda está por fazer, assim o fim da «guerra fria» e da base ideológica em que assentava, bem como a evolução do processo de integração europeia, obrigam a uma nova definição da política de defesa nacional e de defesa militar, por forma a ajustá-las às novas realidades e às perspectivas que se formulam quanto a potenciais evoluções da situação. De facto o actual quadro político-estratégico-cultural é radicalmente diferente do configurado após a Revolução de 1974, o que implica um repensar em profundidade das Forças Armadas, tendo em atenção as necessidades presentes e futuras.

Tem-se, assim, assistido, nos últimos tempos, a um enorme esforço no domínio da reorganização da defesa nacional e do seu instrumento militar e que engloba não só as alterações ditadas pelas exigências da nova situação político-estratégica, como ainda a recuperação de longos atrasos na publicação de diplomas fundamentais, previstos na Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, de fins de 1982.

2. Um dos instrumentos fundamentais de orientação, e que se encontra em processo de revisão, é um novo «conceito estratégico de defesa nacional», que será a envolvente de um novo conceito estratégico militar, o qual, por seu turno, servirá de base de definição das novas missões das Forças Armadas, dos seus sistemas de forças e do seu dispositivo. É, pois, um documento nuclear, cujas grandes opções foram objecto de importante e recente debate na Assembleia da República.

Três aspectos parecem de realçar no novo conceito: a prioridade atribuída às missões relacionadas com a preservação da soberania e a integridade do território nacional (e que parece incluir a ideia de se evitarem «vazios» estratégicos), o que indicia um privilegiar da internalidade em relação à externalidade; a clara assunção das Forças Armadas, como instrumento da política externa do Estado, noção clássica mas que vinha sendo escamoteada por razões preconceituosas; e a importância atribuída ao eventual emprego das Forças Armadas em tarefas de manutenção e estabelecimento da paz. Esta última é uma missão em relação à qual se podem gerar opiniões ambíguas e perigosas: aquelas missões desenrolam-se, com frequência, em situações que evoluem para ambientes «de guerra», isto é, de risco humano, pelo que há que ter a opinião pública preparada para tal eventualidade, antes de se tomarem as decisões; e, apesar de serem «de paz», são extremamente exigentes quanto ao grau de preparação operacional, isto é, só podem ser confiadas a forças altamente disciplinadas, treinadas, boas conhecedoras das várias facetas das missões e seguras de si. Tais forças são, inevitavelmente, caras.

3. No final de uma guerra há uma natural tendência para supor um mundo relativamente idílico, acentuadamente desarmado e dispondo de uma «receita», considerada decisiva, capaz de assegurar uma ordem internacional. Tal visão traz consigo a dos «dividendos da paz». No fim da Segunda Guerra Mundial pensou-se que o instrumento racionalizador seria a arma nuclear: as Forças Armadas poderiam reduzir-se a umas tantas armas nucleares e a um corpo muito reduzido de forças convencionais destinadas, sobretudo, a servirem de termómetro de uma situação estratégica e da correspondente decisão. O sistema era, assim, potencialmente muito económico e muito simples. A breve trecho se verificou quanto tal concepção tinha de falaciosa, vindo a cair-se, pelo contrário, em sistemas militares altamente complexos, diversificados e matizados, que iam desde os «barretes verdes» até aos mais sofisticados sistemas de armas nucleares estratégicas. Oxalá o fim da «guerra fria» não seja, numa primeira fase, gerador de falácias análogas. Caso contrário, governos e opiniões públicas correm o risco de grandes desilusões, a médio prazo.